

Mais um fato para ficar no arquivo?

22 MAI 1984 LUIZ ADOLFO PINHEIRO D'IVIDA
Editor Internacional

O surpreendente documento divulgado no último fim de semana, no qual os governos do Brasil, da Argentina, da Colômbia e do México anunciam ação conjunta para enfrentar a alta dos juros internacionais é realmente uma prova a mais do quanto vem mudando a diplomacia dos países em desenvolvimento, nos últimos tempos, passando da retórica tão ao gosto ibérico do passado para uma linguagem mais objetiva, coerente e determinada no presente.

Antes de se entrar no mérito do documento, vai um comentário preliminar para registrar o ineditismo desse tipo de ação conjunta, bem planejada e bem executada, que consegue, de saída, atingir o primeiro objetivo: surpreender. O que se pode reunir aqui e ali de informações esparsas dânos apenas algumas indicações seguras. Por exemplo, que a iniciativa não foi brasileira — o que aliás em nada diminui a participação tupiniquim na empreitada. Pode ter sido colombiana, mexicana ou argentina. Pode ter havido expressões mais duras que foram amaciadas, ou o inverso, palavras amenas que foram apimentadas.

Esses aspectos circunstanciais ficam em segundo plano diante da realidade maior que é a iniciativa dos quatro governos de mostrarem uma voz unificada que transmitisse, com certa dramaticidade, uma situação econômica que ameaça transbordar para agravamentos sociais e retrocessos políticos, fatos perfeitamente identificáveis na nota das quatro chancelarias.

O surpreendente "pac-
to quadripartite", de sabor latino-americano, diz claramente a quem interessar possa que os presidentes Raúl Alfonsín e João Figueiredo, principalmente, não têm como segurar a abertura política e democrática da Argentina e do Brasil se a cada semana subir o valor da dívida externa de seus respectivos países, por culpa da alta de juros. Pois cada aumento significa que o Viacava daqui e o de lá precisam desvalorizar as moedas para tentar aumentar as exportações, o que gera um duplo prejuízo: encarece tudo o que é importado e nos deixa na condição de "amassadores de barro", que trabalham cada vez mais, para exportar cada vez mais, para ganhar cada vez mais, a fim de pagar uma dívida — que também sobe a cada dia mais.

Washington, Nova Ior-

que, Paris e outros centros financeiros internacionais já sabem disso há tanto tempo e já ouviram essa história antes por tantas vezes que o grande risco desse documento das quatro chancelarias é apenas o de juntar-se a outros, de igual teor e variada procedência, que se acumulam nas prateleiras dos credores internacionais. Ali, a nota latino-americana vai fazer companhia à recente declaração oriunda dos devedores da América Latina reunidos em Quito. E a tantos outros projetos e resoluções vindos das conferências de Comércio e Desenvolvimento da ONU, das assembleias do GATT, da conferência de cúpula de Cancún, das assembleias do FMI e do Banco Mundial em Washington — e de tantos outros.

E claro que os próprios autores desse comunicado conjunto estão conscientes disso. Tanto assim que a folhas tantas dos autos eles afirmam que vão fazer uma reunião dos seus chanceleres "e os ministros responsáveis pela área financeira em nossos países". E no mais breve prazo possível, convidando-se também ministros de outros países devedores para definir "as iniciativas e os meios de ação mais apropriados".

E nisto reside a segunda grande surpresa da ação conjunta: a participação dos ministros da área econômica: Hélas! Vivemos o bastante para ver Delfim Netto e o Ministro das Relações Exteriores juntos numa assembleia internacional para discutir e definir a mesma política. Não que existam incompatibilidades pessoais entre ambos, mas porque tanto no Brasil como nos demais países do continente, há uma tendência a existir uma diplomacia "política" e outra "econômica", como se houvesse grande diferença entre ambas.

Foi, realmente, um fim de semana histórico, em termos de adoção de medidas concretas para formação de uma frente de devedores latino-americanos, não para dar o calote nos credores, mas para conter o crescimento artificial da dívida externa. O que já é muito.

Resta saber se tanto a declaração quanto a futura reunião — e seus desdobramentos — vão realmente conseguir algum resultado junto aos Capitólios capitalistas do exterior. A esperança manda dizer que sim. A experiência manda dizer que não. Entre ambos, ficamos com a esperança. Afinal, é a última que morre.